



Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul

Lei N.º 1.813/2006

Dispõe sobre a Criação Conselho Municipal Antidrogas COMAD e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em Exercício do município de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina,
Torna Público a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ELE sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal Antidrogas – **COMAD** de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, normativo de deliberação coletiva, que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de níveis federal, estadual e municipal que compõem o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, de que trata o Decreto Federal nº 110, de 2 de setembro de 1980, e pelo Decreto Estadual nº 18.505 de 26 de novembro de 1982.

Art. 2º - São objetivos do Conselho Municipal Antidrogas do município de Guarujá do Sul:

- I** – propor programa municipal de prevenção ao uso indevido e abuso de drogas e entorpecentes, compatibilizando-o com a respectiva política estadual, proposta pelo Conselho Estadual, bem como acompanhar a sua execução;
- II** – coordenar, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção da disseminação de tráfico e do uso indevido e abuso de drogas;
- III** – estimular e cooperar com serviços que visam ao encaminhamento e tratamento de dependentes de drogas e entorpecentes;
- IV** – colaborar, acompanhar e formular sugestões para as ações de fiscalização e repressão, executada pelo estado e pela união;
- V** – estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica;
- VI** – propor ao Prefeito Municipal mediadas que visem a atender os objetivos nos incisos anteriores;
- VII** – apresentar sugestões sobre a matéria, para fins de encaminhamento a autoridades e órgãos de outros municípios, estaduais e federais.

Art. 3º - O Conselho Municipal Antidrogas do município de Guarujá do Sul, será integrado pelos seguintes membros, nomeados pelo Prefeito municipal através de Decreto



Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul

Lei N.º 1.813/2006

- um representante titular e suplente dos seguintes órgãos e segmentos:

- I) da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Lazer;
- II) da Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar;
- III) da Unidade Educacional do Município
- IV) da Polícia Comunitária
- V) das Associações de Pais e Professores;
- VI) da Câmara Municipal de Vereadores
- VII) do Conselho Tutelar
- VIII) da ONGs e/ou Clube de Serviços

Parágrafo Único – Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por mais um mandato.

Art. 4º O Conselho será presidido por um de seus membros escolhido pelos seus pares e nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º - As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas de relevante serviço público.

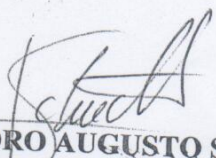
Art. 6º - O Presidente do Conselho, mediante indicação ao Prefeito Municipal, poderá requisitar servidor ou servidores da Administração para implantação e implementação de Projetos atinentes.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

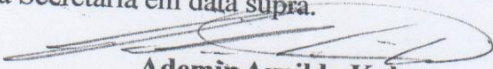
Art. 10 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em
24 de abril de 2006.

54º ano da Fundação e 44º ano da Instalação.


LISSANDRO AUGUSTO SCHMIDT
Prefeito Municipal em Exercício

- Certifico que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.


Ademir Arnildo Kuhn
Secretário de Administração e Fazenda